

# Pensar a natureza e o ambiente - alguns contributos a partir da Teoria das Representações Sociais

**Paula Castro**

*Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Portugal*

## Resumo

Este artigo apresenta dois estudos conduzidos em Portugal, sob a orientação da Teoria das Representações Sociais (TRS), que analisaram como os portugueses pensam e falam sobre o ambiente e a natureza. É primeiro apresentada uma perspectiva geral do campo de estudos das crenças e atitudes em relação ao ambiente e à natureza e são esboçadas as ideias da TRS que podem contribuir para suprir algumas das suas lacunas. Depois é sumariado um primeiro estudo por questionário que procurou identificar as representações do ambiente em Portugal. Para responder a questões levantadas pelos resultados deste primeiro estudo foi feito um segundo, com grupos de discussão, e apresentam-se as principais características dos quatro discursos que foram identificados com este. Nas conclusões discute-se qual o valor acrescentado da TRS para este campo, em termos de maior integração teórica e do aprofundamento do diálogo entre os vários quadros teóricos que mais estruturam o campo.

**Palavras-chave:** teoria das representações sociais; psicologia ambiental; crenças ambientais

## Abstract

*Thinking about nature and the environment - some contributions from Social Representations Theory.* This paper presents two studies, conducted in Portugal within the framework of Social Representations Theory (SRT), and aiming at analyzing how the Portuguese think and talk about environment and nature. A general overview of the field of environmental beliefs and attitudes is first presented, and some of SRT ideas that may help advance this field of studies are advanced. A questionnaire study that aimed at identifying the social representations of the environment present in Portugal is then summarized, and, departing from some of the question it points to, a second study is afterwards presented. It resulted from a series of focus groups, in which four discourses were identified whose main features are summarized. Finally, the value that SRT may add to this field of studies is discussed, in terms of a more consistent theoretical integration.

**Key words:** social representations theory; environmental psychology; environmental beliefs

### *Um campo de estudos - as crenças e atitudes em relação ao ambiente e à natureza*

Os estudos sobre as “crenças e atitudes do público em relação ao ambiente e à natureza” constituem actualmente uma parte muito substancial da literatura que as ciências sociais dedicam a assuntos ambientais. Em periódicos como *Environment and Behavior*, *Journal of Environmental Psychology*, ou *Journal of Social Issues* essa linha de investigação vem originando numerosas publicações enquadradas por modelos e conceitos da psicologia, da sociologia, da ciência política e da antropologia. Trata-se de uma literatura que começa a ganhar uma importância crescente a partir do final da década de 1970, procurando acompa-

nhar aquela que por essa altura começava a ser conhecida como a “preocupação ambiental” (*environmental concern*) do público. Por essa época tornou-se notório que esta preocupação era elevada um pouco por todo o mundo, mostrando os inquéritos que em muitos países eram já uma maioria aqueles que estavam preocupados com os problemas ambientais (Dunlap, Gallup & Gallup, 1993; Stern & Oskamp, 1987). Acresce que a década de 1970 foi também uma época de afirmação dos novos movimentos sociais (Douglas, 1986; Mertig & Dunlap, 2001; Moscovici, 1993) - como os femininos, ou os ecológicos. Assim, na tentativa de descrever e compreender uma preocupação ambiental cada vez mais visível, as ciências sociais começaram a investir maiores esforços nesta área.

Começamos então por tentar uma caracterização global desta literatura.

No final dos anos 1970, tentava-se sobretudo compreender, como se disse, o que significava a preocupação do público com o ambiente, como é que ela podia ser medida e como deveria ser conceptualizada. Para esta medição surge uma grande variedade de perguntas e de escalas, que em muitos casos são utilizadas apenas uma vez (Darley & Gilbert, 1985; van Liere & Dunlap, 1981). Estes instrumentos de medida incidiam sobre dimensões muito variadas da “preocupação ambiental” - aumento populacional, poluição do ar e da água, esgotamento de recursos naturais, perda de bio-diversidade, etc. - e, em simultâneo, avaliavam conceitos muito diversos - o conhecimento, a atitude, as visões ecológicas de mundo, as intenções comportamentais, o comportamento passado e presente, etc. (Stern & Oskamp, 1987).

No entanto, nos anos 1980, apenas três destas escalas são consideradas “psicometricamente respeitáveis” (Darley & Gilbert, 1985, p. 962) - a *Escala de Atitudes Ecológicas*, de Maloney et al. (1973); a *Escala de Preocupação Ambiental*, de Wiegel & Weigel (1978); e a *Escala NEP* (New Environmental Paradigm), de Dunlap & Van Liere (1978) -, o que diz bastante sobre a dispersão do campo.

Tendo em conta esta dispersão, no início da década de 1980, Van Liere & Dunlap (1981) procuram examinar até que ponto as várias medidas propostas pelos diferentes autores poderiam ser consideradas equivalentes. Das suas análises concluem que “os diferentes tipos de preocupação ambiental podem ser mais distintos do que havia sido suposto até então” (p. 668). Esta diferença é sobretudo relevante no que respeita às medidas que incidem sobre o comportamento, pois medir as preocupações das pessoas não parece ser o mesmo que medir os seus comportamentos, ou intenções comportamentais (Van Liere & Dunlap, 1981). Ou seja, o que as pessoas dizem que fazem ou que estariam dispostas a fazer pelo ambiente parecia estar pouco relacionado com o seu nível de preocupação com os problemas ambientais.

O que caracterizará a década de 1980 será, então, a ideia de que é necessário separar as duas vertentes da “preocupação ambiental” - a vertente comportamental e a vertente atitudinal ou representacional. A partir dos anos 1980, as medidas referentes ao nível atitudinal e representacional irão complexificar-se e irão continuar a proliferar, numa tendência que irá prolongar-se durante toda a década de 1990. E esta literatura começou a ser conhecida como incidindo sobre as **atitudes e crenças do público em relação ao ambiente**.

A título de exemplo pode indicar-se que ao longo destes 30 anos os conceitos que os investigadores estudaram foram, entre outros, os seguintes: a **preocupação** (*concern*) ambiental (Aragonés & Américo, 1991; Smith & Bell, 1992); o **conhecimento**, ou informação, sobre assuntos ambientais (Arcury, 1990; Krause, 1993); a **responsabilidade** ambiental (Stone, Barnes & Montgomery, 1995); a percepção de **ameaça pessoal** pelos problemas ambientais (Baldassare & Katz, 1992); o **ambientalismo** (Milbrath, 1984); a **apatia** em relação a assuntos ambientais (Thompson & Barton, 1994); as **crenças e atitudes** em relação ao ambiente (Kanagy & Willits,

1993; Stern, Dietz & Kalof, 1993); as **visões ecológicas de mundo** (Dunlap & van Liere, 1978; Stern, Dietz, & Guagnano, 1995; Bechtel, Corral-Verdugo & Pinheiro, 1999); as **racionalidades culturais** e os **mitos da natureza** (Dake, 1982; Ellis & Thompson, 1997; Steg & Sievers, 2000).

Acresce que à proliferação de medidas e conceitos que as linhas anteriores atestam, se somou alguma indefinição conceptual. É frequente diferentes autores proporem que os mesmos instrumentos medem conceitos diferentes. A título de exemplo, podemos ver como é que diferentes autores caracterizam o que a escala de Dunlap & Van Liere (1978), a escala NEP, mede. Alguns dirão que ela mede valores (Blake, 2001); outros (Schultz & Stone, 1994) que ela mede *environmental concern*; já Parker & McDonough (1999) e Rauwald & Moore (2002) propõem que ela é uma medida de atitudes ambientais; para Hodgkinson & Innes (2000), ela mede a aceitação de uma visão ecológica de mundo; por sua vez, Schultz & Zelezny (1998) usam-na como uma medida da “consciência das consequências” dos problemas ambientais.

Assim, embora esta literatura seja conhecida como incidindo sobre as **atitudes e crenças do público em relação ao ambiente**, na realidade há alguma falta de teorização por parte dos utilizadores deste conceito. Somente a partir da segunda metade dos anos 1990 começarão a surgir propostas para uma teorização mais sustentada, e para a concomitante clarificação conceptual do campo. Regressaremos a esta questão mais à frente.

Por agora, terminemos de esboçar a visão geral deste campo. Para isso, é ainda necessário referir que esta área se caracterizou ao longo destes anos por:

- desenvolver trabalhos de natureza sobretudo quantitativa, baseados em escalas e questionários, sendo muito raros os trabalhos de cariz qualitativo (mas ver Robins & Greenwald, 1994; Castro & Lima, no prelo).

- procurar as razões para as diferentes formas de ver o ambiente e a natureza sobretudo nas inserções sociais objectivas dos indivíduos, sendo estas quase sempre operacionalizadas por variáveis socio-demográficas, como a idade, o nível de escolaridade, o sexo e o rendimento;

- completar com frequência, as análises relativas às variáveis socio-demográficas com a introdução de outras variáveis, das quais as mais importantes têm indubitavelmente sido os valores (Inglehart, 1995; Axelrod, 1994; Stern et al., 1995) e a ideologia política (Schultz & Stone, 1994, Dunlap, van Liere, Mertig & Jones, 2000).

Por fim, para concluir esta perspectiva geral do campo, há ainda que dizer que, deste grande conjunto disperso de estudos, foram ao longo do tempo emergindo com bastante clareza três quadros teóricos principais, presentes desde o início e que organizaram muitos dos estudos. Um quadro teórico é oriundo da Sociologia e encabeçado por R. Dunlap e seus colaboradores (Dunlap, 1993, 2002), propondo um modelo que ficou conhecido como HEP-NEP; a esta tradição virão juntar-se investigadores como P. Stern e colaboradores (1993; 1995) e R. Bechtel (1999, 2000), muito atentos à perspectiva da Psicologia Social. Um outro quadro é oriundo da Ciência Política, protagonizado por R. Inglehart, e conduzido

pela noção de “valores pós-materialistas” (Inglehart, 1977); um terceiro quadro encontra as suas raízes na Antropologia e na Teoria Cultural de M. Douglas e A. Wildavski (1982).

A partir de meados dos anos 1990, estes quadros começam a dialogar entre si (ver Dunlap & Mertig, 1995; Inglehart, 1995; Poortinga, Steg & Vlek, 2002) e também a incorporar uma parte da literatura que nasceu fora deles, suscitando uma reflexão mais fundamentada do campo. No entanto, vale a pena insistir que estas tentativas de diálogo e de integração são muito recentes, e continua a poder dizer-se que o campo sofre, nas palavras de Stern et al. (1993), da “falta de um quadro teórico geral” (p. 323), e que continua a haver uma grande necessidade de o unificar e clarificar conceptualmente (ver também Stern et al., 1995).

Acresce que se encararmos este campo de estudos do ponto de vista da Psicologia Social, nos deparamos com uma situação algo paradoxal. Por um lado, os conceitos mais frequentes neste campo são conceitos que poderíamos chamar endógenos à Psicologia Social. O conceito de atitude, tão determinante neste campo de estudos, é, por exemplo, um conceito que acompanha a Psicologia Social desde os anos 1920 e é para ela central. O mesmo pode ser dito de conceitos como os de crença, valor e norma. Por outro lado, e para além da exportação dos conceitos referidos, a Psicologia Social não tem tido uma visibilidade especialmente acentuada nesta área.<sup>1</sup>

Ora, no património da Psicologia Social, existindo várias teorias e perspectivas que poderiam contribuir para o alargamento teórico-empírico deste campo, existe uma em particular que me parece que poderá ter um contributo importante - a Teoria das Representações Sociais (TRS). É no sentido de tentar mostrar algumas das potencialidades desta teoria para dar resposta às lacunas deste campo que irei orientar as restantes páginas deste artigo.

Um balanço de algumas lacunas desta área, para o colmatar das quais a TRS poderia contribuir, seria então o seguinte: os estudos nesta área precisam de aprofundar a sua consistência teórica, nomeadamente clarificando as semelhanças e diferenças que existem entre os dois conceitos fulcrais de atitudes e crenças; precisam de ser capazes de continuar a alargar o diálogo entre os quadros teóricos que mais têm estruturado o campo e precisam de levantar novas questões, que permitam ir para além das que se relacionam com as inserções sociais objectivas.

Irei então relatar dois estudos que foram conduzidos em Portugal sob a orientação da TRS e que procuravam analisar como os portugueses pensam e falam sobre o ambiente e a natureza. O artigo está organizado da seguinte forma. Em primeiro lugar, são apresentadas as linhas teóricas gerais derivadas da TRS que orientaram o primeiro estudo, que serão contrastadas com outras perspectivas que marcam o campo. Depois será sumarizado o primeiro estudo, feito por questionário, e que procurou identificar as representações do ambiente em Portugal, recorrendo à escala NEP.

Os resultados deste primeiro estudo levantaram uma nova série de perguntas, a que se tentou responder com um estudo de cariz qualitativo, que teve como material de base as transcrições do que foi dito em cinco grupos de discussão sobre o

ambiente e a natureza. As principais características dos quatro discursos que foram identificados com este estudo serão, então, apresentadas. Por fim, nas conclusões, irei discutir qual o valor acrescentado da TRS para este campo de estudos, em termos de um quadro teórico mais integrado.

### *A Teoria das Representações Sociais e os estudos sobre o ambientalismo*

A TRS é uma teoria com uma sólida tradição de reflexão sobre a utilização de conceitos como os de atitude e crença (ver Jaspars & Fraser, 1984; Jodelet, 2002), sendo esta uma das vantagens que me parece poder trazer a este campo. Começamos então por ver uma breve caracterização da Teoria e depois veremos como ela tem organizado estes conceitos.

A TRS é uma teoria sobre as *thinking societies*, ou seja, uma teoria que assume que os indivíduos e os grupos são *bricoleurs* activos de representações sobre objectos sociais relevantes, as quais constróem a partir das várias crenças que circulam constantemente pelas sociedades.

Desde o seu início, a Teoria, através da obra do seu primeiro proponente (Moscovici, 1976) definiu as representações sociais como incluindo quer comportamentos, quer crenças, quer atitudes. Estas últimas são, por sua vez, definidas como avaliações globais de um objecto, que o consideram quer positivo, quer negativo, ou seja são vistas, como referindo-se ao componente avaliativo (Moscovici, 1976, p. 66 e 69).<sup>2</sup> Esta forma de conceptualizar as atitudes permite clarificar, em simultâneo o que se entende por crenças. Estas são antecedentes das atitudes, no sentido em que, instadas a explicar porque motivo avaliam negativamente um objecto, as pessoas irão recorrer a um conjunto de crenças para o fazer - isto é, irão produzir afirmações às quais pode ser ligado um gradiente de concordância e discordância, ou de verdade e falsidade.

Trata-se de um ponto muito relevante, porque tem implicações óbvias para a pesquisa. Em primeiro lugar, implica que é necessário separar conceptualmente e operacionalizar de forma distinta os dois conceitos de crenças e de atitude. Para além disso, quando se pretendem estudar as ideias do público sobre o ambiente com recurso à TRS, isto significa que somos obrigados a ir para além do simples estudo de crenças e atitudes, uma vez que, como estas não são equivalentes às representações sociais, é preciso ir mais longe. É necessário estudar como as crenças se organizam e se estruturam em constelações que possam verdadeiramente ser chamadas representações sociais (Doise, Clemence & Cioldi, 1993).

É precisamente este passo que nem sempre é dado nos estudos sobre as ideias ambientais do público. Muitos destes estudos param quando encontram, por exemplo, um conjunto de crenças que recebe um alto nível de acordo por parte do público.

Evidentemente que, a este respeito, o facto de as crenças ecológicas receberem um elevado acordo por parte do público é o resultado mais conhecido e mais replicado da literatura, um pouco por todo o mundo. Crenças como a de que a natureza tem um equilíbrio delicado, e de que os recursos do

nosso planeta são limitados, suscitam por todo o mundo muito mais acordo, incomparavelmente, do que as que propõem que a humanidade foi feita para governar a natureza, ou que os recursos da terra são muito abundantes. Quando este tipo de questões são apresentadas em questionários a públicos variados, a tendência média maioritária é para estes concordarem ou concordarem muito com as que vão no sentido pró-ecológico.

Um dos modelos que foram mencionados como constituindo uma das mais proeminentes tradições neste campo - o modelo HEP-NEP - baseia-se, então, neste facto confirmado e replicado para defender que a humanidade está a mudar radicalmente a sua forma de encarar as suas relações com a natureza, estando a encaminhar-se consensualmente para formas mais respeitosas e ecológicas de se relacionar com esta (Dunlap, 2002; Dunlap & Mertig, 1995; Furnam, 1998). Para esta perspectiva, as velhas ideias antropocêntricas relativas à natureza estariam a ser substituídas por novas ideias ecológicas, em consequência da humanidade se estar a dar conta da seriedade e da importância dos problemas ambientais. Esta substituição é encarada por esta perspectiva como algo não problemático, como um simples processo de substituição, no qual as velhas ideias antropocêntricas são abandonadas e as novas ideias ecológicas são adoptadas.

Contudo, se nos basearmos na Teoria das Representações Sociais, veremos emergir uma ideia muito diferente sobre a forma como as novas e as velhas ideias se relacionam entre elas. E encontraremos fortes objecções, quer teóricas quer empíricas, a esta visão de relações não problemáticas entre o velho e o novo, e à forma simples como o modelo HEP-NEP supõe que o novo substitui o velho.

Do ponto de vista teórico, a Teoria adverte-nos para o seguinte: “Quando se examina a variedade de representações que existe, se é surpreendido por duas coisas: a redescoberta e a reiteração obstinadas dos mesmos temas pelo ser humano e sua extraordinária fecundidade em inventar ideias (...)” (Moscovici, 1984, p. 967). Ou seja, a TRS aponta-nos a necessidade de examinar as relações dialécticas entre o velho e o novo.

Ora é particularmente importante levar estas relações em conta num domínio como aquele que aqui nos ocupa. Porque poucas palavras da nossa herança comum estão mais carregadas de múltiplos sentidos do que a palavra *natureza* (Williams, 1980; Soper, 1995), e porque há muitos séculos - pelo menos desde a Grécia Antiga - que o par natureza-cultura ocupa um lugar absolutamente central nas nossas formas de pensar, de falar e de nos organizarmos socialmente (Latour, 1994; Moscovici, 1972, 2001; Steiner, 1984). Ora o facto de estarmos a discutir e redescobrir uma questão que é antiquíssima milita a favor da ideia de que não podemos conceber de forma simplista as relações entre o velho e o novo.

Do ponto de vista empírico, há também indicações relativas a esta dialéctica entre o velho e o novo que provêm directamente dos estudos de Moscovici (1976). Por exemplo, em relação ao tema que ocupou a sua atenção ao formular a teoria - a penetração da psicanálise em França no final dos

anos 1950 - foi-lhe possível analisar a comunicação da Igreja Católica. Estas análises levaram-no a concluir que as novas ideias trazidas pela psicanálise foram aceites parcialmente pelos católicos, sem que essa aceitação tenha implicado o abandono das velhas ideias católicas. Ao invés, o que se passa é um complexo processo de acomodação e conciliação, que tem como resultado que as novas ideias e as velhas passem, no final a viver em paz, conjuntamente, e com transformações mútuas.

Pelo que ficou dito, é possível ver que a TRS não tem uma concepção das pessoas como organismos que encontram informação e que são incapazes de lidar com o stress que representa encontrar informação contraditória. Pelo contrário, a teoria é sobre seres sociais, que, juntos, constroem representações. Seres suficientemente activos e criativos para serem capazes de misturar e de conciliar ideias que à primeira vista pareciam contraditórias (ver também a este propósito Billig, 1991; Wagner, Duveen, Verma & Themel, 2000).

## Estudo 1

No primeiro estudo que conduzimos (Castro & Lima, 2001), pretendíamos pois conhecer as representações do público português sobre a natureza e o ambiente. Para a sua concretização recorreremos à escala NEP e a um conjunto de outras escalas que aplicamos num questionário. No entanto, embora recorrendo ao instrumento desenvolvido no âmbito do modelo HEP-NEP, não partimos do pressuposto de que as novas ideias ecológicas estariam a substituir de forma não problemática as velhas ideias antropocêntricas, como pretende este influente quadro teórico.

Pelo contrário, baseando-nos na Teoria das Representações Sociais, partimos antes das seguintes ideias: (1) as velhas e novas ideias sobre as relações entre a humanidade e a natureza que circulam pelas sociedades tendem a co-existir e a interagir de formas complexas; (2) Esta interacção assume diferentes formas, abrindo assim diferentes possibilidades para pensar e argumentar, ou seja, originando diferentes representações sociais; e (3) por sua vez, as representações sociais são mais do que apenas conjuntos de crenças.

Tendo estes pressupostos como guia, realizamos um estudo por questionário com 460 residentes na Área Metropolitana de Lisboa (idade média = 30,2). O questionário incluía a Escala NEP na versão reformulada por Dunlap e colegas em 1992. Incluía também perguntas destinadas a examinar os valores, identidades e crenças sobre a ciência (todas as questões respondidas em escalas de Likert de cinco pontos).

No tratamento dos dados, encontrámos, através de um conjunto de análises factoriais, dois grandes factores gerais de crenças (ver Castro & Lima, 2001, para uma descrição detalhada). O primeiro factor de crenças, ou sistema de crenças, denominado *Prudência* compreende as seguintes ideias: a Terra tem limitações de espaço e recursos; as pessoas também estão sujeitas a limites naturais; estamos a abusar do ambiente e a perturbar o delicado equilíbrio da natureza, o que nos pode conduzir à catástrofe; a ciência fornece-nos respostas relativas.

O segundo factor, ou conjunto organizado de crenças, que emergiu das análises factoriais foi denominado *Confiança*, e incorpora as seguintes noções: as capacidades humanas irão assegurar que seremos capazes de ultrapassar as limitações do presente, visto que fomos feitos para governar a natureza; o poder e a riqueza são objectivos que é muito importante perseguir e a ciência é capaz de nos fornecer explicações independentes do contexto em que a pesquisa decorre.

Estes dois sistemas de crenças são, como é evidente, muito semelhantes àqueles que, por todo o mundo, têm sido encontrados com recurso à escala NEP (ver Furnam, 1998; Bechtel, Corral-Verdugo & Pinheiro, 1999). Remetem para a divisão clássica entre ecocentrismo (o factor Prudência) e antropocentrismo (o factor Confiança). Eles remetem, também, para uma dimensão temporal, pois as novas ideias estão reunidas no factor Prudência e as antigas no factor Confiança.

Uma vez obtidos estes factores, fomos conhecer a concordância com eles. E, tal como ocorre em muitos outros estudos em outros países, os nossos respondentes Portugueses concordavam inegavelmente mais com as crenças de Prudência (média = 3,91, DP = 0,46) do que com as de Confiança (média = 2,99, DP = 0,56). Assim, era possível parar o estudo aqui e afirmar que, tal como o público de muitos outros países, também o público português estava a progredir na direcção de um consenso ecológico alargado, mais respeitoso para com a natureza.

Contudo, como vimos, a Teoria das Representações Sociais incita-nos a considerar a complexa dialéctica entre novas e velhas ideias. Assim, em vez de considerarmos que alguns indivíduos estariam a responder na direcção ecológica (concordando com o factor Prudência) e outros estariam a responder na direcção antropocêntrica (concordando com o factor Confiança), e em vez de considerarmos estas duas direcções como mutuamente exclusivas, o que fizemos foi por a hipótese de que as quatro combinações possíveis de crenças poderiam surgir. Isto é, pusemos a hipótese de que as pessoas poderiam querer concordar apenas com as ideias

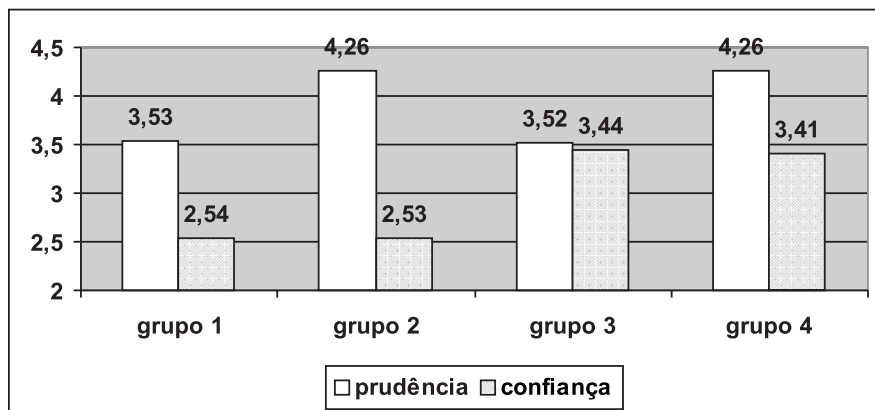
ecológicas, quer concordar apenas com as ideias antropocêntricas, quer concordar com ambas, quer com nenhuma.

Para examinar esta ideia, dicotimizamos pela média real os dois factores de Prudência e Confiança e cruzamos posteriormente as duas variáveis resultantes desta dicotomização. Este procedimento mostrou quantos eram os respondentes que tinham resultados abaixo da média em ambos os factores (Grupo 1, n = 103), acima da média para ambos (Grupo 4, n = 81), quantos tinham resultados acima da média no factor Prudência e abaixo da média no factor Confiança (Grupo 2, n = 103), e quantos se encontravam na situação inversa a esta (Grupo 3, n = 99). Estes quatro grupos e as respectivas médias são mostrados na Figura 1.

De acordo com a TRS, estes resultados levaram-nos a concluir que:

As noções de que o ambiente precisa de ser preservado, que é frágil, e está sob ameaça da humanidade parecem ter se tornado normativas, ou estão em vias de se tornar normativas. Níveis altos ou muito altos de concordância com essas ideias, encontrados em todo o mundo, sinalizam nessa direcção. Em nossa amostra, está claro que **nenhum** dos grupos rejeita inteiramente as novas ideias ecológicas e relativistas, aquelas que compõem o factor Prudência. Duas coisas estão a passar. Alguns grupos as aceitam mais (ou menos) do que outros; e alguns também aceitam as ideias mais velhas, enquanto outros as rejeitam (Castro & Lima, 2001, p. 418).

Ou seja, estes resultados levaram-nos a concluir que, tal como já aconteceu previamente com as ideias racistas, cuja expressão se tornou anti-normativa depois da Segunda Guerra Mundial, também hoje em dia parece que as ideias antropocêntricas, relativas ao domínio da humanidade sobre a natureza se estão a tornar anti-normativas. E da mesma forma que os questionários encontram hoje médias muito baixas de concordância com as ideias racistas que são baseadas na noção de inferioridade ou superioridade de certas “raças”,



Nota: escala de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente)

Figura 1. Médias dos dois sistemas de crenças, por grupo.



também hoje se encontram médias baixas para as ideias antropocêntricas. No entanto, sabemos que o racismo não desapareceu, e é possível supor que o antropocentrismo também não. O que talvez esteja a acontecer é que há hoje muitos grupos nas sociedades que trabalham cognitiva e discursivamente de forma a tentar conciliar as ideias ecológicas com as antropocêntricas, e concordam com todas elas, ainda que concordando um pouco mais com as ecológicas.

Do ponto de vista da TRS, estes resultados reforçam ainda a ideia de que é importante não considerar as crenças como equivalentes às representações sociais. Com este estudo poderíamos dizer que começamos a compreender que estamos perante quatro representações sociais diferentes, e apenas dois sistemas de crenças. Porque para falarmos em representações sociais seria necessário compreender como é que as crenças (aparentemente) contraditórias que circulam na sociedade sobre assuntos relevantes se articulam umas com as outras - originando, por exemplo, representações em que há um esforço de conciliação, e representações em que há rejeição absoluta de um conjunto de ideias e aceitação muito forte de outro conjunto. A tentativa de reconstruir e compreender estas combinatórias, motivada por uma ontologia que assume que as pessoas conhecem as várias crenças que circulam pela sociedade e são *bricoleurs* activos com a matéria prima que estas constituem, parece-me ser uma direcção para a qual a TRS nos pode motivar, e assim levar-nos a avançar em relação a estudos que apenas buscam conhecer qual é o sistema de crenças que recebe maiores níveis de concordância, em média. E, por sua vez, este esforço poderá impedir-nos de concluir, talvez demasiado rapidamente, que as novas ideias ecológicas estão a destronar as antigas ideias antropocêntricas.

Este primeiro estudo, embora nos tivesse permitido mostrar estas diferentes combinações de crenças, deixou, porém, muitas perguntas por responder. Era necessário, por exemplo, saber se as pessoas dos quatro grupos identificados falariam de formas diferentes sobre a natureza e o ambiente. As pessoas do Grupo 2, por exemplo, que rejeitavam em absoluto as crenças antropocêntricas e expressavam elevada concordância com as ecocêntricas, fariam discursos diferentes daqueles que concordavam com ambos os sistemas de crenças, como os do Grupo 4? E o grupo cuja concordância com as ideias ecocêntricas era mitigada (Grupo 3), como expressaria no discurso essa fraca aceitação?

Para tentar responder a estas perguntas, foi realizado um segundo estudo com as pessoas que tinham respondido ao questionário do primeiro estudo.

## Estudo 2

O segundo estudo foi realizado com recurso a cinco grupos de discussão (n = 20), nos quais participaram pessoas que haviam respondido ao primeiro questionário. Quatro destes grupos foram homogéneos, ou seja, formados com pessoas que haviam sido classificadas no primeiro estudo como pertencentes ao mesmo grupo. O quinto grupo foi heterogéneo, juntando pessoas de todos os grupos. As dis-

cussões decorreram sempre com base no mesmo guião, e foram gravadas e integralmente transcritas. As conclusões que se apresentam nesta secção deste artigo são baseadas na análise desse material. Esta análise foi baseada quer em orientações provenientes da TRS, nomeadamente as que se relacionam com as três modalidades comunicativas que Moscovici (1976) descreve, quer nas ideias apresentadas pela análise do discurso (Billig, 1991; Potter, 1996).

Já tivemos ocasião de mostrar (ver Castro, 2002; Castro & Lima, no prelo), como foi possível encontrar, a partir da análise das transcrições dos grupos de discussão, quatro entendimentos diferentes das questões ambientais, expressos em quatro discursos diferentes, que se passam a caracterizar.

*O Discurso da Conciliação.* Este discurso sublinha a importância de ensinar, informar e sensibilizar as pessoas para estas mudarem de atitude em relação ao ambiente. Para este discurso, temos feito e estamos ainda a fazer coisas que fazem mal ao ambiente. Mas também já sabemos o que fazer para melhorar a situação actual, que é já, aliás, melhor do que no passado recente. Há já avanços no domínio da protecção do ambiente, e eles são da competência e da responsabilidade de peritos na matéria. Há, também, já muita gente sensibilizada para a protecção do ambiente. É pois necessário continuar a informar, sensibilizar e ensinar as novas gerações. Estas, no futuro irão, por si, decidir até que ponto mudarão as suas formas de se comportarem - pois não podemos forçar directamente os comportamentos, podemos somente informar os indivíduos para estes os mudarem por si. No presente, importante é conciliar, equilibrar, e tomar em linha de conta todos os interesses em simultâneo - os económicos e os ecológicos. Nos termos da teoria das representações sociais, este é um discurso que apresentam muitas das características da modalidade comunicativa a que Moscovici (1976) chamou Propagação.

*O Discurso da Acção.* No centro deste discurso está a ideia de que o planeta tem problemas ambientais muito graves, e de que podemos estar próximos de uma catástrofe. Para melhorar a situação, com a urgência a que a situação obriga, é necessário modificar os comportamentos, e faze-lo já. É necessário, ainda, vigiar os comportamentos dos outros e os comportamentos próprios, porque há ainda muito pouca gente verdadeiramente sensibilizada para a protecção do ambiente. Esta vigilância tem, pois, que ser feita todos os dias, através do recurso a uma chave de leitura dicotómica, que põe de um lado o que é errado - e tem a ver com a nossa busca de comodidade e os nossos valores materialistas - e do outro o que é certo, ou seja, a protecção do ambiente. Este discurso, face a problemas que descreve como prementes e a exigir uma acção imediata, desvaloriza as decisões individuais, e não se compadece com grande liberdade ao nível das opções. Nos termos da teoria das representações sociais, este é um discurso que apresenta características centrais da modalidade comunicativa a que Moscovici (1976) chamou Propaganda.

*O Discurso da Resistência.* Por sua vez, este discurso não admite certezas em relação aos problemas ambientais - estes talvez sejam muito sérios, talvez não. Trata-se de um discurso que resiste explicitamente à ideia da intervenção ao nível dos comportamentos e ao que chama o *fundamentalismo ambientalista*. Além disso, resiste ainda à ideia de que a protecção do ambiente seja algo de novo, e propõe, antes, que todos nós, se somos educados, somos naturalmente defensores do ambiente. Neste sentido, vê o ambientalismo como algo muito difundido e consensual nos nossos dias. É também este o discurso que apresenta maior confiança na ciência e na tecnologia para resolver os problemas ambientais.

*Discurso da Espécie Humana.* Este discurso ancora numa concepção da Natureza como dinâmica e imprevisível, que existe num tempo que é cósmico, e dentro da qual nós somos uma espécie como as outras - a espécie humana. Neste sentido o futuro desta nossa espécie, como o das outras, é imprevisível. Este discurso prolonga-se para uma versão do humano que implica que haja características que são naturais para nós. Uma destas é o Homem só se preocupar com coisas mais abstractas quando as coisas mais básicas estão resolvidas - e é por isso que as questões ambientais não seriam ainda prioritárias para muita gente.

Abordando agora a questão da relação entre estes discursos e as representações identificadas no primeiro estudo, tornou-se aparente que quem respondia no questionário de forma exclusivamente pró-ecológica tinha maior probabilidade de sustentar que a defesa do ambiente passa principalmente pela modificação e vigilância do comportamento. Enquanto que aqueles que assumiam uma posição mista tinham maior probabilidade de fazer o discurso da Resistência (como os Confiantes, do Grupo 3 do primeiro estudo) ou o discurso da Conciliação (os do Grupo 4). Já o discurso da Espécie Humana foi sobretudo proposto pelos respondentes que no primeiro estudo ficaram no Grupo 1, aquele grupo que não concordava expressivamente com nenhum dos sistemas de crenças.

Assim, é possível concluir que as diferentes combinações de crenças têm consequências para os discursos, estando diferentes combinações associadas a diferentes discursos.

É ainda possível concluir destas análises que os quatro entendimentos dos problemas ambientais que encontramos para o nosso país através destes estudos apresentam muitas semelhanças com as propostas que a Teoria Cultural (Douglas, 1982) faz relativamente quer às quatro racionalidades no entendimento do mundo, quer às quatro formas de encarar a natureza (Dake, 1992) e de encarar a resolução dos problemas ambientais (Steg & Sievers, 2000).

Concretizando, o discurso da Acção apresenta muitas semelhanças com a racionalidade sectária, ou Igualitária, a que Douglas (1986) se refere numa análise dos grupos ambientalistas, bem como com o que Dake (1992) propõe como sendo o *Mito da Natureza Efémera*, também característico dos Igualitários. Já o discurso da Conciliação se aproxima

daquela que Douglas descreve como a racionalidade Burocrática, ou Hierárquica, e apresenta uma ideia da natureza próxima da do *Mito da Natureza Tolerante* (Dake, 1992). Por sua vez, o discurso da Espécie Humana pode aproximar-se à descrição que Douglas faz da racionalidade Fatalista, e da ideia de *Natureza Caprichosa* (Dake, 1992). Por fim, o discurso da Resistência apresenta muitas semelhanças com a racionalidade Individualista, e o mito da *Natureza Robusta*.

Por esta via, então, parece ser possível aproximar e aprofundar o diálogo entre a TRS e a Teoria Cultural, nesta área do ambientalismo.

Alguns proponentes da Teoria Cultural têm argumentado que o debate ambientalista seria um debate travado essencialmente entre Igualitários e Individualistas, sendo menos claro o papel desempenhado neste debate pelos Hierárquicos (Ellis & Thompson, 1997). É no sentido de aprofundar a compreensão também do papel dos Hierárquicos que estes resultados me parecem contribuir - esta racionalidade apresenta uma visão da natureza que a toma por tolerante - isto é, como capaz de suportar a intervenção humana até certo ponto, sendo que a partir de certo ponto esta intervenção a desequilibra. Os responsáveis por definir as fronteiras do possível seriam os peritos - cientistas e especialistas de toda a espécie implicados na peritagem ambiental. Ou seja, a perspectiva desta racionalidade seria uma perspectiva de conciliação, e de confiança nas instituições para ensinarem, regular e melhorarem uma situação ambiental definida como má, mas em vias de melhorar. Ou seja, uma perspectiva muito semelhante àquela que surge nos grupos de discussão entre as pessoas que concordam simultaneamente com as crenças ecológicas e concordam também com as antropocéntricas.

## Discussão geral

Em primeiro lugar, e regressando às lacunas que foram identificadas na introdução, o primeiro estudo permitiu propor e mostrar que faz sentido questionar a ideia de que as pessoas se regem pelo princípio da não-contradição quando se trata de pensar sobre assuntos complexos. Ao invés, como tem sido teorizado por alguns quadros teóricos, e nomeadamente pela TRS, parece haver vantagem em considerar que elas são perfeitamente capazes de combinar de formas complexas ideias que, com frequência, os investigadores tomam por contraditórias. Ou seja, parece haver vantagens em considerar que, se é importante conhecer as ideias que numa dada sociedade obtêm maior níveis de acordo, em média, é igualmente importante conhecer as relações dialécticas que estas mantêm com as que obtêm menores de níveis de acordo.

Esta orientação permitiu, neste estudo, identificar quatro representações sociais diferentes relativas à natureza e ao ambiente. E permitiu, ainda, no segundo estudo, caminhar para uma compreensão do ambientalismo do público que mostrou como estas representações são vertidas em diferentes discursos - mostrando assim os usos e entendimentos variados que são dados às noções de *ambiente* e de *natureza* em cada um destes discursos. Desta maneira foi ainda

possível salientar como estas noções são um material plástico, aberto à criatividade, na prática discursiva concreta dos indivíduos.

Ainda em relação ao segundo estudo, foi também possível, com ele, estabelecer uma ponte entre a Teoria das Representações Sociais e a Teoria Cultural, avançando a hipótese de o papel dos Hierárquicos, pouco compreendido na opinião de teóricos da TC (Ellis & Thompson, 1997), poder ser central, pois seriam eles os mais implicados em conciliar e em articular as propostas ecológicas e as antropocêntricas - como se pode inferir a partir da forma como se apresenta o discurso da reconciliação. Ou seja, seriam eles os mais implicados numa via reformista.

E esta é uma questão que me parece merecer mais investigação, nomeadamente num tempo em que os comentadores (Duarte, 2001; Rutherford, 1999) defendem que o movimento ambiental vem apresentando características cada vez mais reformistas, tendo deixado de apelar à “salvação do planeta” para incitar à “gestão do planeta” (Duarte, 2001), e num tempo, também, em que uma natureza governável, gerível e tolerante parece ganhar cada vez mais espaço nos discursos da maioria dos fóruns.

## Referências

- Aragónés, J. I., & Américo, M. (1991). Un estudio empírico sobre las actitudes ambientales. *Revista de Psicología Social, 6*, 223-240.
- Arcury, T. A. (1990). Environmental attitude and environmental knowledge. *Human Organization, 49*, 300-304.
- Axelrod, L. J. (1994). Balancing economic needs with environmental concerns: what factors guide environmental action? *Journal of Social Issues, 50*, 89-104.
- Baldassare, M., & Katz, C. (1992). The personal threat of environmental problems as predictor of environmental practices. *Environment and Behavior, 24*, 602-616.
- Bechtel, R. B. (2000). The third revolution in thinking and its impact on Psychology. *Medio Ambiente y Comportamiento humano - International Journal of Environmental Psychology, 1*, 1-7.
- Bechtel, R. B., Corral-Verdugo, V., & Pinheiro, J. Q. (1999). Environmental belief systems: United States, Brazil, and Mexico. *Journal of Cross-Cultural Psychology, 30*, 122-128.
- Billig, M. (1991). *Ideology and opinions*. Londres: Sage.
- Blake, D. E. (2001). Contextual effects on environmental attitudes and behavior. *Environment and Behavior, 33*, 708-725.
- Castro, P. (2002). *Natureza, ciência e retórica na construção social da ideia de ambiente*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castro, P. (2003). Cultura científica e percepção do papel da ciência em matérias ambientais: Portugal no contexto da União Europeia. In L. Lima (Org.), *Ambiente e Desenvolvimento*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Castro, P., & Lima, L. (2001). Old and new ideas about the environment and science: an exploratory study. *Environment and Behavior, 33*, 400-423.
- Castro, P., & Lima, L. (no prelo). Dimensões informativa, atitudinal e comportamental nas relações entre ecologia e direitos do homem. *Revista Aprendizagem/Desenvolvimento, 35/36*.
- Dake, P. (1992). Myths of nature: culture and the social construction of risk. *Journal of Social Issues, 48*, 21-37.
- Darley, J. M., & Gilbert, D. T. (1985). Social psychological aspects of Environmental Psychology. In G. Lindzey & E. Aronson (Orgs.), *The handbook of Social Psychology*, vol. 1 (3a ed., pp. 949-992). Nova York: Random House.
- Doise, W., Clemence, A., & Lorenzi-Cioldi, F. (1992). *Représentations sociales et analyses de données*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Douglas, M. (1986). *How institutions think*. Syracuse, Nova York: Syracuse University Press.
- Douglas, M., & Wildavsky, A. (1982). *Risk and culture: an essay on the selection of technological and environmental dangers*. Berkeley: University of California Press.
- Duarte, F. P. (2001). 'Save the Earth' or 'manage the Earth'? The politics of environmental globality in high modernity. *Current Sociology, 49*, 91-111.
- Dunlap, R. E. (1993). From environmental to ecological problems. In C. Calhoun & G. Ritzer (Orgs.), *Social problems* (pp. 707-738). Nova York: McGraw-Hill.
- Dunlap, R. E. (2002). Environmental sociology: a personal perspective on its first quarter century. *Organization and Environment, 15*, 10-29.
- Dunlap, R. E., & Van Liere, K. D. (1978). The 'new environmental paradigm': a proposed measuring instrument and preliminary results. *Journal of Environmental Education, 9*, 10-19.
- Dunlap, R. E., Gallup, G. H., & Gallup, A. M. (1993). Of global concern: results of the health of the planet survey. *Environment, 35*, 7-15.
- Dunlap, R. E., & Mertig, A. G. (1995). Global concern for the environment: is affluence a prerequisite? *Journal of Social Issues, 51*, 121-137.
- Dunlap, R. E., Van Liere, K. D., Mertig, A. G., Catton Jr., W. R., & Howell, R. E. (1992, August). *Measuring endorsement of an ecological worldview: a revised NEP scale*. Comunicação apresentada no Encontro Anual da Sociedade de Sociologia Rural, Pennsylvania State University, Philadelphia.
- Dunlap, R. E., Van Liere, K. D., Mertig, A. G., & Jones, R. E. (2000). Measuring endorsement of the New Ecological Paradigm: a revised NEP scale. *Journal of Social Issues, 56*, 425-442.
- Eagly, A. H., & Chaiken, S. (1993). *The psychology of attitudes*. Orlando, Florida: Harcourt, Brace & Jovanovich.
- Ellis, R. J. & Thompson, F. (1997). Culture and environment in the Pacific Northwest. *American Political Science Review, 91*(4), 885-897.
- Fishbein, M., & Ajzen, I. (1975). *Belief, attitude, intention, and behavior*. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley.
- Furman, A. (1998). A note on environmental concern in a developing country: results from an Istanbul survey. *Environment and Behavior, 30*(4), 520-534.
- Grob, A. (1995). A structural model of environmental attitudes and behaviour. *Journal of Environmental Psychology, 15*, 209-220.
- Hodgkinson, S. P., & Innes, J. M. (2000). The prediction of ecological and environmental belief systems: the differential contributions of social conservatism and beliefs about money. *Journal of Environmental Psychology, 20*, 285-294.
- Inglehart, R. (1977). *The silent revolution: changing values and political styles among western publics*. Princeton, Nova York: Princeton University Press.
- Inglehart, R. (1995). Public support for environmental protection: objective problems and subjective values in 43 societies. *Political Science and Politics, 28*(1), 57-71.
- Jaspars, J. M. F., & Fraser, C. (1984). Attitudes and social representations. In R. M. Farr & S. Moscovici (Orgs.), *Social Representations* (pp. 101-123). Cambridge: Cambridge University Press.
- Jodelet, D. (2002). Perspectives d'étude sur le rapport croyances/représentations sociales. *Psychologie & Société, 5*, 157-178.
- Kannagy, C. L., & Willits, F. K. (1993). A greening of religion? Some evidence from a Pennsylvania sample. *Social Science Quarterly, 74*, 674-683.
- Krause, D. (1993). Environmental consciousness: an empirical study. *Environment and Behavior, 25*, 126-142.
- Latour, B. (1994). *Nous n'avons jamais été modernes: essai d'anthropologie symétrique*. Paris: Editions La Découverte.
- Maloney, M. P., Ward, M. P., & Braucht, G. N. (1975). Psychology in action: a revised scale for the measurement of ecological attitudes and knowledge. *American Psychologist, 30*, 787-790.



- Mertig, A., & Dunlap, R. (2001). Environmentalism, new social movements, and the new class: a cross national investigation. *Rural Sociology*, 66, 113-136.
- Milbrath, L. W. (1984). Environmental beliefs and values. In M. G. Hermann (Org.), *Political Psychology* (pp. 97-138). São Francisco: Jossey-Bass Publishers.
- Moscovici, S. (1972). *A sociedade contranatura*. Amadora: Livraria Bertrand.
- Moscovici, S. (1976). *La Psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1984). The myth of the lonely paradigm: a rejoinder. *Social Research*, 51, 939-967.
- Moscovici, S. (1993). La polymérisation de l'écologie. In M. Abélès (Org.), *Le défi écologiste* (pp. 15-26). Paris: Éditions L'Harmattan.
- Moscovici, S. (2001). Why a theory of social representations? In K. Deaux & G. Philogène (Orgs.), *Representations of the social*. Oxford: Blackwell.
- Parker, J. D., & McDonough, M. (1999). Environmentalism of African Americans: an analysis of the subculture and barriers theories. *Environment and Behavior*, 31, 2, 155-177.
- Poortinga, W., Steg, L., & Vlek, C. (2002). Environmental risk concern and preferences for energy-saving measures. *Environment and Behavior*, 34, 455-478.
- Potter, J. (1996). *Representing reality: discourse, rhetoric and social construction*. Londres: Sage.
- Rauwald, K. S., & Moore, C. F. (2002). Environmental attitudes as predictors of policy support across three countries. *Environment and Behavior*, 34, 709-739.
- Robins, J. G., & Greenwald, R. (1994). Environmental attitudes conceptualized through developmental theory: a qualitative analysis. *Journal of Social Issues*, 50, 29-48.
- Rutherford, P. (1999). The entry of life into history. In E. Darier (Org.), *Discourses of the environment* (pp. 37-62). Oxford: Blackwell.
- Schultz, P. W., & Stone, W. F. (1994). Authoritarianism and attitudes towards the environment. *Environment and Behavior*, 26, 25-37.
- Schultz, P. W., & Zelezny, L. C. (1998). Values and proenvironmental behavior: A five-country survey. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 29(4), 540-558.
- Scott, D., & Willits, F. K. (1994). Environmental attitudes and behavior: a Pennsylvania survey. *Environment and Behavior*, 26, 239-260.
- Smith, J. M., & Bell, P. A. (1992). Environmental concern and cooperative-competitive behavior in a simulated commons dilemma. *The Journal of Social Psychology*, 132, 461-468.
- Soper, K. (1995). *What is nature?* Oxford: Blackwell.
- Steg, L., & Sievers, I. (2000). Cultural theory and individual perceptions of environmental risks. *Environment and Behavior*, 32, 250-269.
- Steiner, R. (1984). *Antigonas*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Stern, P. C., Dietz, T., & Guagnano, G. A. (1995). The new ecological paradigm in social-psychological context. *Environment and Behavior*, 27, 723-743.
- Stern, P. C., Dietz, T., & Kalof, L. (1993). Value orientations, gender and environmental concern. *Environment and Behavior*, 25, 322-348.
- Stern, P. C., & Oskamp, S. (1987). Managing scarce environmental resources. In D. Stokols & I. Altman (Orgs.), *Handbook of Environmental Psychology* (pp. 1043-1088). Nova York: John Wiley & Sons.
- Stone, G., Barnes, J. H., & Montgomery, C. (1995). ECOSCALE: a scale for the measurement of environmentally responsible consumers. *Psychology and Marketing*, 12, 595-612.
- Thompson, S. C. G., & Barton, M. A. (1994). Ecocentric and anthropocentric attitudes towards the environment. *Journal of Environmental Psychology*, 14, 149-157.
- Van Liere, K. D., & Dunlap, R. E. (1981). Environmental concern: does it make a difference how it's measured? *Environment and Behavior*, 13, 651-676.
- Wagner, W., Duveen, G., Verma, J., & Themel, M. (2000). 'I have some faith and at the same time I don't believe' - cognitive polyphasia and cultural change in India. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 10, 301-314.
- Weigel, R., & Weigel, J. (1978). Environmental concern: the development of a measure. *Environment and Behavior*, 10, 3-15.
- Williams, R. (1993). *Problems in materialism and culture*. Londres: Verso.
- Zanna, M. P., & Rempel, J. K. (1988). Attitudes: a new look at an old concept. In D. Bar-Tal & A. W. Kruglanski (Orgs.), *The social psychology of knowledge* (pp. 315-334). Cambridge: Cambridge University Press.

---

## Notas

- <sup>1</sup> Podemos tomar como indicador de uma certa falta de consolidação da Psicologia Social neste campo o facto de no *Handbook of Social Psychology* dos anos 1980 (publicado em 1985) existir um capítulo dedicado à Psicologia Ambiental (Darley & Gilbert, 1985), enquanto que no *Handbook* seguinte da mesma série, o de 1998, editado praticamente 15 anos depois, não haver um capítulo correspondente.
- <sup>2</sup> É de notar aqui que esta proposta das atitudes como avaliações sumárias globais de um objecto é inteiramente compatível com a definição de atitude que é actualmente muito consensual no interior da disciplina da Psicologia Social como um todo. Na esteira das propostas de Fishbein e Ajzen (1975), que concebem as atitudes como constructos unidimensionais e avaliativos, e na sequência da clarificação conceptual muito útil de Zanna e Rempel dos anos 1980 (1988), na actualidade este conceito é frequentemente definido como "a colocação de um objecto atitudinal num continuo avaliativo" (Eagly & Chaiken, 1993).

---

Paula Castro, doutora em Psicologia Social, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, é Professora Auxiliar no Departamento de Psicologia Social, ISCTE. Endereço para correspondência: Departamento de Psicologia Social, Edifício ISCTE, Av. das Forças Armadas 1649-026, Lisboa, Portugal. Tel.: (00 351) 21 7903001. Fax: (00 351) 21 7903002. E-mail: paula.castro@iscte.pt